

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MARGARETE ALCINO

**A INVISIBILIDADE DO TRABALHO DA MULHER NA AGRICULTURA FAMILIAR:
Ô Mulher camponesa, afinal por quê tu é invisível?**

MATINHOS

2022

MARGARETE ALCINO

**A INVISIBILIDADE DO TRABALHO DA MULHER NA AGRICULTURA FAMILIAR:
Ô Mulher camponesa, afinal por que tu és invisível?**

Artigo apresentado como requisito parcial para obtenção do título de especialista em Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar, Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof. Ma. Vanessa Fiorini

MATINHOS

2022

A INVISIBILIDADE DO TRABALHO DA MULHER NA AGRICULTURA FAMILIAR: Ô Mulher camponesa, afinal por que tu és invisível?

Margarete Alcino¹

RESUMO

O presente trabalho visa compreender a invisibilidade do trabalho da mulher camponesa a partir da divisão sexual do trabalho na agricultura familiar. Para o artigo utilizaremos a concepção de gênero como construção social de Scott, perpassando por uma análise de um processo histórico de construção social patriarcal e machista em relação ao poder que os homens ocupam na sociedade e ocasionando diversas segregações sendo uma delas a divisão sexual do trabalho. Pretende-se identificar as relações de gênero no trabalho da agricultura familiar, demonstrando a invisibilidade do trabalho da mulher camponesa que é tido como ajuda ocasionando ampliação da jornada de trabalho, por isso vale se pensar nas lutas e desafios por independência e autonomia da mulher camponesa.

Palavras-chave: Gênero, relações sociais de sexo, divisão sexual do trabalho e agricultura familiar.

ABSTRACT

This academic work aims to understand the invisibility of the work of peasant women from the sexual division of labor in family farming. For the article, we will use the conception of gender as a social construction by Scott, going through an analysis of a historical process of patriarchal and sexist social construction in relation to the power that men occupy in society and causing several segregations, one of them being the sexual division of labor. It is intended to identify the gender relations in the work of family agriculture, demonstrating the invisibility of the peasant woman's work that is seen as help, causing an extension of the working day. Therefore, it is worth thinking about the struggles and challenges for the independence and autonomy of peasant women.

Keywords: Gender, social relations between men and women at work in the field, sexual division of labor and family farming.

¹ Discente do curso de Especialização em Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar.

1 INTRODUÇÃO

A desigualdade de gênero e a divisão sexual do trabalho no meio rural está ligada a Formação social que naturaliza e determina os papéis de homens e mulheres no processo produtivo e sedimenta a invisibilidade do trabalho das mulheres no campo, neste caso o valor social do trabalho se dá a partir de quem o executa e não pelo teor do trabalho em si. (HERRERA, 2016)

O artigo em questão é resultado de estudos e aproximações da pesquisadora, parte pela sua vivência na agricultura familiar sendo filha de agricultores rurais sem terra, parte pela formação acadêmica como Assistente Social voltada aos estudos de Trabalho, Gênero e Agricultura familiar.

Também como resposta aos questionamentos levantados através dos estudos acadêmicos iniciados no TCC de graduação em que se estudou a questão agrária no contexto das políticas públicas (ALCINO, 2016), Neste trabalho foi desenvolvida, como subsídio teórico, pesquisa de campo no Assentamento Contestado localizado na cidade da Lapa situada no estado do Paraná, e embora o escopo da pesquisa anterior fosse outro, chamou a atenção a forma como se davam as relações de trabalho no espaço do assentamento e uma pergunta ficou em evidência: por que ainda se perpetua a invisibilidade do trabalho da mulher camponesa?

No Assentamento Contestado trabalham 108 famílias organizadas em 10 Núcleos de base, e mais os trabalhadores e trabalhadoras que moram no centro comunitário e contribuem na cooperativa e no complexo de escolas. Cerca de 81 camponeses possuem certificações da produção agroecológica. Os processos de certificação orgânica e agroecológica. Em 2010 foi fundada no Assentamento a Cooperativa de Agroindústria e Comércio Terra Livre, com objetivo de estimular o desenvolvimento progressivo e a defesa de atividades econômicas e sociais, de caráter comum. Conta com sócios os povos do campo: assentados da Reforma Agrária, agricultores familiares, faxinalenses, quilombolas, entre outros. Atualmente são cerca de 230 sócios da diversidade camponesa. (SANTOS, 2015)

Neste assentamento é predominante o trabalho com a produção de variados alimentos orgânicos e comercio na cooperativa local. Destaca-se que durante a pesquisa de campo observou-se que a prática produtiva desde o

preparo para o plantio até a colheita dos alimentos incluía toda a família, porém, embora houvesse a inclusão de todas as atribuições entre homens e mulheres diferiam, na produção de morango, por exemplo, às mulheres era atribuído o trabalho de limpeza dos canteiros, a colheita e embalagem dos produtos, enquanto aos homens era atribuído o trabalho técnico que exigia maior esforço físico e conhecimento técnico. Ainda, nos intervalos dos trabalhos na produção, no caso das mulheres, atribuía-se o cuidado com os filhos e filhas e o trabalho doméstico, por exemplo: uma hora antes de cada refeição, as mulheres retiravam-se do trabalho no campo para realizar em sua casa outro trabalho, o preparo da alimentação para o almoço e a limpeza posterior do espaço doméstico. Cabe ressaltar que as filhas mulheres também se incumbiam dessa função.

Do exposto, o objetivo deste estudo é compreender a situação da invisibilidade do trabalho da mulher no campo a partir das relações de gênero e a divisão sexual do trabalho.

Para a execução do trabalho, foi utilizado como recurso metodológico, a perspectiva crítico-dialética, numa tentativa de abordagem a partir de um ponto de vista da totalidade, da historicidade, das contradições e das mediações necessárias no trato de um determinado objeto. A pesquisa bibliográfica com caráter descritivo foi desenvolvida com base em material já elaborado (GIL, 2008, p.50), constituído, principalmente, de livros, artigos científicos e web sites. O presente trabalho constitui-se, portanto, como uma pesquisa bibliográfica com os seguintes objetivos: resgatar historicamente os conceitos de gênero, patriarcado e divisão sexual do trabalho, identificar como se dá a divisão sexual do trabalho na agricultura de base familiar, e resgatar as conquistas históricas das mulheres camponesas no contexto das lutas dos movimentos sociais.

O presente estudo estrutura-se em três tópicos, sendo o primeiro que trata o conceito de gênero, patriarcado e a divisão sexual do trabalho, relacionando e seguindo com a temática da divisão sexual do trabalho na agricultura familiar, tratamos possibilidades da visibilidade do trabalho na mulher camponesa. E por fim algumas considerações e pontos adicionais para reflexão, considerando os impasses diante de uma conjuntura controversa, onde legitimar e defender outro projeto societário se faz necessário.

2 Gênero, patriarcado e a Divisão sexual do trabalho

Gênero é um conceito formulado nos anos 1970, sob influência da teoria feminista que serve para explicar as relações entre homens e mulheres. Entre as muitas autoras importantes para o desenvolvimento do conceito de gênero, destaca-se a antropóloga norte-americana Gayle Rubin, que em 1975 questionou a origem da opressão às mulheres com a seguinte indagação: “Que relações são essas por meio das quais uma mulher se torna uma mulher oprimida?” e defendeu a idéia da existência de um sistema sexo-gênero em todas as sociedades.(RUBIN, 1975).

Outra contribuição importante para o conceito de gênero e muito conhecida no Brasil é o texto “Gênero: uma categoria útil de análise histórica” de Joan Scott. Para a autora, gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos sendo uma forma primária de dar significado às relações de poder. (SCOTT, 1995). Portanto Gênero é um conceito relacional, vê um em relação ao outro, visa distinguir a dimensão biológica da dimensão social, considerando que gênero significa que homens e mulheres são construção da realidade social e não determinados pela anatomia de seus corpos.

Isto significa que os papéis sociais masculino e feminino não existem isolados, um é construído na relação com o outro. Considerando que diferenças são socialmente construídas, homens e mulheres são “moldados” pela sociedade, o ser homem e o ser mulher correspondem a papéis sociais construídos historicamente, masculino e feminino, e não determinados pela natureza, assim, podem ser modificados.

Alisando a sociedade atual, em sua fase capitalista, a partir da ótica do conceito de gênero, fica evidente que as relações estabelecidas entre homens e mulheres não são de igualdade, são relações de hierarquia e de poder dos homens sobre as mulheres. Para Saffioti (2004), o gênero é uma categoria relacional, de um conceito amplo e rico carregado de ideologia, justamente a ideologia patriarcal, que cobre uma estrutura de poder desigual entre mulher e homens, sendo assim, o gênero está longe de ser um conceito neutro.

No que se refere à questão de gênero Saffioti, (2004), afirma que é através da opressão e do poder, que esse modelo capitalista se impõem e que são expressas as diversas desigualdades sociais, se fazendo necessário entendê-las como um processo sócio histórico da sociabilidade do capital e do sistema patriarcal. Para a referida autora, gênero pode ser entendido como um sistema de

(...) Símbolos culturais evocadores de representações, conceitos normativos; grade de interpretação de significados, organizações e instituições sociais; identidade subjetiva, divisões e atribuições assimétricas de características e potencialidades; uma gramática sexual, regulando não só as relações homem/mulher, mas também homem/homem e mulher/mulher; construção social do masculino e do feminino. (SAFFIOTI, 2004, p. 45).

Para Saffioti (2004) o patriarcado, entendido como um sistema com estruturas históricas e políticas que se modificam ao longo do tempo, perpassando por diversas dimensões da vida em sociedade tais como o trabalho remunerado, o trabalho não remunerado, o Estado, a sexualidade e as instituições culturais, que oferece aos homens direitos sexuais sobre as mulheres, configurando-se e em um tipo hierárquico de relação, representando uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência.

Estudar gênero é problematizar os significados do que é ser mulher e homem nos distintos contextos históricos, é necessário pensar como as relações entre os sexos foram construídas historicamente e politicamente. De modo geral, gênero pode significar relações igualitárias entre homens e mulheres, ao contrário, o patriarcado trata, necessariamente, da relação de dominação material e simbólica dos homens sobre as mulheres.

As relações de gênero em uma sociedade capitalista, perpassam todas as realidades e todas as questões, sendo determinada pelo universo da reprodução (ampliada) do capital, à qual se dá o nome de *produção*. Que tendo análise do ponto de vista do capital, apenas o trabalho que contribui diretamente para a sua acumulação é denominado “produtivo” gerador de riquezas, o que leva também ao conceito de divisão sexual do trabalho produtivo (SCOTT, 1998).

Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho são indissociáveis e formam um sistema epistemológico, pois há uma construção social histórica de relações desiguais, hierarquizadas, de poder, de exploração e opressão capitalista. No sentido dessa construção histórica de atribuições do “papal da mulher”, deve-se ampliar o conceito de trabalho para além do trabalho assalariado, ou do trabalho “produtivo” que possibilite contemplar as atividades desenvolvidas por mulheres como o trabalho doméstico ou de cuidado. (KERGOAT, 2000)

Segundo Bila Sorj(2007), às desigualdades e diferenças de gênero repousam sobre uma norma social que associa o feminino à domesticidade e que expressa na divisão sexual do trabalho, atribuindo prioritariamente às mulheres a responsabilidade do trabalho doméstico e com os cuidados da família.

A divisão sexual do trabalho está, também, relacionada com a representação social do ser mulher e do ser homem na nossa sociedade, ou seja, em última instância, o valor social do trabalho é dado a partir de quem o executa e não pela natureza do trabalho em si (HIRATA; KERGOAT, 2000)

Para compreender a agricultura familiar deve-se compreender as relações de gênero em seu interior, considerando que há uma divisão sexual do trabalho. É necessária essa compreensão de relação de poder e conflitos que permeiam a divisão sexual do trabalho na agricultura familiar para construção de um projeto de equidade.

A equidade de gênero não é uma luta apenas de mulheres, embora as mulheres organizadas tenham aí um papel fundamental, mas sim coletiva. Considerando o conceito de gênero e trabalhar na ressignificação dos papéis socialmente atribuídos e juntos superar as desigualdades, dentre elas a desigualdade entre mulheres e homens.

2.1 Divisão sexual do trabalho na agricultura familiar

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017), cerca de 15 milhões de mulheres vivem na área rural, o que representa 47,5% da população residente no campo no Brasil, dessas apenas 19% são identificadas como produtoras rurais, 50% foram identificadas como economicamente ativas, cerca de 30% ganhavam entre meio e um salário mínimo e quase 30% não tinham rendimento. 56% delas se declaram como pardas, 35% brancas e 7% pretas. As mulheres indígenas compõem 1,1% da população rural feminina.

A agricultura familiar é uma forma de organização e de produção de autoconsumo agrícola em uma pequena extensão de terra, o trabalho utiliza-se da mão de obra da família e a produção se destina para o sustento da mesma. No Brasil, a agricultura familiar é responsável por 70% da produção de alimentos para consumo, ocupando menor área agrícola somente cerca de 20% do território.

A agricultura familiar, concebida como forma de produção na terra, utilizando-se a mão de obra da família e destinada principalmente à alimentação desta própria (autoconsumo), mostra-se como um ciclo contínuo tanto na produção e reprodução das atividades agrícolas como também na organização espacial e de tempo. (SILVA, 2005,p.37).

A agricultura familiar está fortemente atrelada à manutenção de papéis socialmente definidos para os membros da família, o que geralmente são definidos com base nas relações de gênero, permeados pela dominação e subordinação estabelecidas pelo patriarcado. (SAFFIOTI, 1987).

O patriarcado dita atribuições e papéis sociais específicos por gênero, atendendo aos interesses do capitalismo, causando uma correlação de forças enquanto ao homem o status de poder e dominação e a mulher a naturalização do papel de cuidado, mesmo ela participando das atividades, ditas masculinas. Essa dominação do patriarcado, possui um caráter histórico, ideológico, hierarquizado e opressor. (TEDESCHI, 2009).

A atribuição dos papéis sociais atende o interesse do grupo social dominante por meio de uma correlação de forças e impõe sistemas de valores e modelos de comportamentos voltados à satisfação de suas necessidades. Neste sentido, o patriarcado, atribui determinados papéis sociais de gênero. (TEDESCHI, 2009, p. 156).

As mulheres camponesas assumem importante papel na produção agrícola, essas mulheres trabalham juntamente com os homens, exercendo o mesmo trabalho. No entanto, muitas vezes as tecnologias necessárias para esse tipo de produção são fabricadas para uso de homens, dificultando para as mulheres o manuseio de máquinas desses instrumentos essenciais para o trabalho rural. Este é um exemplo, entre tantos possíveis, para explicar a necessidade destas mulheres buscarem por seus direitos de igualdade de gênero e visibilidade social. (LISBOA, LUSA,2010)

O cotidiano da organização do trabalho no meio rural se baseia na divisão do ambiente doméstico e unidade produtiva, essa divisão atribui ao homem o papel central de produção enquanto as mulheres estão na esfera reprodutiva. Evidenciando nesse cotidiano um espaço de tensões e disputas e correlações de forças reforçando práticas, hábitos e ideologias que reforçam essa divisão sexual do trabalho na agricultura familiar.

Essa divisão sexual do trabalho, coloca as mulheres sujeitas às precárias condições de vida no campo, reafirmando a divisão socialmente atribuída quanto à invisibilidade da mulher no âmbito do trabalho na agricultura familiar.

[...] as relações hierárquicas entre homens e mulheres, tendo a figura do pai o centro das decisões e do poder, a agricultura familiar é lugar de opressão intrafamiliar que, no entanto, é vivenciada de modo naturalizado (SILVA, 2005,P.45)

Na agricultura familiar as mulheres não apenas são as principais responsáveis pelas atividades de manutenção do núcleo familiar, mas desempenham papel fundamental no trabalho relacionado às lavouras e criações, porém a atuação das mulheres na produção não é reconhecida e é pouco valorizada na agricultura familiar .

Embora exista esse não reconhecimento do trabalho, as mulheres camponesas estão inseridas nesse contexto desde muito jovens, muitas vezes acompanhando a rotina de trabalho dos pais. (SALES, 2007)

O trabalho das mulheres naturalmente invisibilizado, faz com que as atribuições domésticas inerentes ao cuidado, ou trabalhos considerados leves sejam destinadas às mulheres, enquanto ao trabalho na agricultura é tido como “ajuda”.

Esse não reconhecimento do trabalho produtivo da mulher influencia na ampliação da jornada de trabalho da mulher, pois após a jornada na roça ainda tem as atribuições do trabalho doméstico.

Porém, ainda há muitas mulheres inseridas no trabalho rural que não são remuneradas, normalmente as que exercem o trabalho no contexto familiar e cresceram fazendo estas atividades. Por ter apenas a experiência do trabalho familiar e não terem outras experiências profissionais registradas, a remuneração geralmente está relacionada a trabalhos artesanais e produção de alimentos para venda de forma autônoma. Estudo realizado por Scott (2007), observa-se que em relação aos homens as mulheres rurais têm mais instruções e experiências no trabalho domiciliar, já que se inserem ainda na adolescência. Porém, recebem menor remuneração do que os homens pelo mesmo trabalho exercido. Neste estudo, percebemos a desigualdade de gênero no trabalho rural, sendo desde muito precocemente as mulheres consideradas de menor importância do que os homens.

Além disso, o trabalho rural destas mulheres, muitas vezes, não é considerado, pois é visto como uma extensão do trabalho doméstico, já que os afazeres rurais delas podem girar em torno da residência.

3. Possibilidades para a visibilidade da Mulher Camponesa: tornando nossa invisibilidade visível

A visibilidade da luta das mulheres camponesas por direitos iguais são essenciais para as transformações de relações de gênero no contexto rural brasileiro. As mulheres camponesas estão cada vez mais presentes ocupando funções fundamentais em movimentos sociais que lutam por direitos da classe trabalhadora rural, como resultado dessa luta uma das primeiras conquistas das mulheres camponesas foi o acesso aos direitos trabalhistas-previdenciários, na década de 1990 foi conquistada a aposentadoria aos 55 anos para as mulheres trabalhadoras rurais e aos 60 para homens trabalhadores rurais, direito do salário maternidade. O direito à aposentadoria considerando a idade do trabalhador do campo, é uma conquista muito significativa, em razão de todas as suas especificidades de esforço físicos, condições de trabalho muitas vezes desfavoráveis para saúde. (SALVARRO, LAGO, & WOLFFI 2014).

Embora as conquistas já alcançadas pelas lutas das mulheres ainda há o desafio de efetivamente incorporar a perspectiva de igualdade de gênero e visibilidade das trabalhadoras camponesas, necessidade de criação de leis e políticas públicas que apoiem e incentivem as mulheres camponesas.

Nesta perspectiva, Behring e Boschetti (2011, p.36) situam as “políticas sociais como processo e resultado de relações complexas e contraditórias que se estabelecem entre Estado e na sociedade civil, ” e que esta contradição se dá “no âmbito dos conflitos e luta de classes que envolvem o processo de produção e reprodução do capitalismo”.

O distanciamento da mulher camponesa ao acesso e conhecimento das tecnologias do trabalho agrário, que geralmente são abordados em cursos de superior, está relacionado aos modelos de gestão ainda existentes na zona rural, onde a mulher ocupa posição hierárquica inferior aos homens, colocando o trabalho da mulher apenas como complemento do trabalho do homem, há também a dificuldade de acesso a linhas de créditos, financiamentos, insumos. (LUSA, 2010).

Na década de 1980, surge no Brasil diversos movimentos sociais, dentre esses os movimentos de mulheres, na região sul surgiu o Movimento de Mulheres Agricultoras, Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) que inicialmente teve o objetivo a articulação das trabalhadoras para ocupar espaços nos sindicatos e nas cooperativas, a luta pelo reconhecimento como profissionais “produtoras rurais” e não mais como do “lar” como era usualmente, luta por direitos trabalhistas, benefícios trabalhistas e seguridade social. Esses movimentos ampliou para mais regiões do Brasil e articulando com os demais movimentos de mulheres por meio de atividades conjuntas com pautas feministas de igualdade de gênero, que suscitou vários questionamentos quando as relações tradicionais de gênero, dominação patriarcal, invisibilidade do trabalho da mulher, entre outros.

Os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais, são espaços importantes de fortalecimento da mulher enquanto sujeita política de direitos, embora há muitos desafios a serem enfrentados, esses espaços possibilitam formação da rede de apoio de luta e de fortalecimento para emancipação individual e coletiva dessas mulheres trabalhadoras rurais.

Há também as mulheres no Movimento dos Trabalhadores Rurais SemTerra (MST), estas mulheres exercem um importante papel nas organizações, além de se envolverem em todo o movimento, possibilitando maior visibilidade e participação. (JUNIOR, 2015).

A luta da mulher Sem Terra faz parte do reconhecimento da importância que tem a agricultura familiar para essa sociedade. Lutar pela valorização dessas mulheres é entender que a valorização da agricultura familiar passa pela afirmação do valor que têm para a sociedade as pessoas que produzem essa agricultura.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A desigualdade de gênero e a divisão sexual do trabalho tanto no meio urbano quanto no meio rural está ligada a uma formação social histórica que naturaliza e determina os papéis de homens e mulheres na sociedade. Sendo necessário resgatar o conceito de gênero aqui utilizado como uma construção social, que traz o questionamento quanto a opressão das mulheres nas relações sociais, dominada pela relação de poder do patriarcado.

Podemos considerar que a mulher camponesa ocupa um papel fundamental no contexto da agricultura familiar, desde o trabalho na agricultura bem como no trabalho que se estende para o cuidado, trabalho esse tão importante quanto o trabalho produtivo e as inúmeras atividades desempenhadas por essas mulheres. A ausência de reconhecimento do trabalho em uma sociedade capitalista pode privar o reconhecimento enquanto sujeito social e político, tirando dessa mulher o direito à autonomia financeira, assim como a liberdade de participação ativa nos espaços representativos, o não reconhecimento do trabalho doméstico acarreta na ampliação da jornada do trabalho da mulher.

Compreender que a invisibilidade do trabalho da mulher é um fato histórico marcado pela dominação patriarcal em que a relação de poder e a subordinação é uma característica da acumulação capitalista, é fundamental analisar que a igualdade de gênero é uma luta que está cada vez mais em evidência sendo a divisão sexual do trabalho uma pauta imprescindível em todas as categorias de trabalho. O reconhecimento do trabalho da mulher camponesa faz parte do processo de emancipação da classe trabalhadora ao acesso aos meios de produção da agricultura familiar, acesso à terra e resistência ao processo de expropriação, principalmente se tratando de trabalhadoras rurais que historicamente foram marginalizadas economicamente, politicamente e ideologicamente.

Compreendo que as relações de sexo e divisão sexual do trabalho são indissociáveis, a invisibilidade do trabalho da mulher deve compreender que o trabalho dito não produtivo é um trabalho, seja ele o trabalho do cuidado, o trabalho na roça, o trabalho informal e “formalizado”, o assalariado, precisam ser valorizado e não ser tido como ajuda.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCINO, Margarete. **A LUTA PELO ACESSO À TERRA E O PROJETO ÉTICO POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL: POLÍTICAS SOCIAIS PARA O CAMPO-PUCPR**- Curitiba-2016

BEHRING, Elaine Rossetti. BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: Fundamentos e história**. 9 ° ed. São Paulo: Cortez, 2011

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil. 1988**. Disponível em: <[www. Planalto.gov. br](http://www.planalto.gov.br)>. Acesso em 20 fevereiro, 2022

FARIA, Nalu. **Gênero como marco conceitual para entender a opressão das mulheres**. São Paulo, SOF – Sempre viva Organização Feminista, 1995.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HERRERA, Karolyna Marin. **Da Invisibilidade ao Reconhecimento: mulheres rurais, trabalho produtivo, doméstico e de care**. *Política e Sociedade, Florianópolis, SC*, v. 15, p. 208-233, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2016v15nesp1p208/33802>. Acesso em: 15 mar 2021.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -Censo Agropecuário. 2017**. Disponível em: < <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017> >. Acesso em 10 fevereiro, 2022

KERGOAT, D. (2000). **Division sexuelle du travail et rapports sociaux de sexe**. In : Helena Hirata, Françoise Laborie, Hélène Le Doaré e Danièle Senotier (Coords.), *Dictionnaire Critique du Féminisme* (pp. 35-44). Paris : PUF.

LISBOA, T. K., & Lusa, M. G. (2010). **Desenvolvimento sustentável com perspectiva de gênero – Brasil, México e Cuba: mulheres protagonistas no meio rural**. *Revista Estudos Feministas, Florianópolis*, 16(3), 871-887.

_____. **Desenvolvimento sustentável com perspectiva de gênero - Brasil, México e Cuba: mulheres protagonistas no meio rural**. *Revista Estudos Feministas* , Florianópolis-2014

RUBIN, Gayle & BUTLER, Judith, **“Sexual traffic”, *Differences: A Journal of Feminist Culture Studies***, vol. 6, nº 2-3, 1994, p. 62-99 (Trad. Bras. *Cadernos Pagu*, nº 21, Campinas, 2003, p.157-209)

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SALES, C. M. V. (2007). **Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos.** Revista Estudos Feministas, 15(2), 437-443.

SALVARO, G. I. J., Lago, M. C. S., & Wolff, C. S. (2013). **“Mulheres agricultoras” e “mulheres camponesas”: lutas de gênero, identidades políticas e subjetividade.** Revista Psicologia & Sociedade- 2014

SANTOS, ADRIANO LIMA. **Agroecologia e Campesinato: relativa autonomia frente ao desenvolvimento do capitalismo, um estudo de caso no Assentamento Contestado-** UFSC – Florianópolis – 2015

SCOTT, Joan – **Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history.** New York, Columbia University Press. 1989.

SCOTT, J. W. **Gênero : uma categoria útil para a análise histórica.** Educação & Realidade, 2014

SILVA, Carmen; ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica (Orgs.). **Nosso trabalho tem valor: mulher e agricultura familiar.** Recife: SOS CORPO; Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste, agosto de 2005.

SORJ, Bila; FONTES, Adriana e MACHADO, Danielle, C. **As políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil.** Trabalho apresentado no Seminário Internacional Mercado de Trabalho e Gênero – Comparações Internacionais Brasil-França. São Paulo e Rio de Janeiro, 2007.

TEDESCHI, L. A. **O uso da categoria gênero na história das mulheres camponesas: uma ferramenta necessária.** In: MENEGAT, A. S.; TEDESCHI, L. A.; FARIAS, M. de F. L. de. **Educação, relações de gênero e movimentos sociais: um diálogo necessário.** Dourados: UFGD, 2009.